



SEÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

III EXAME DE ORDEM / 2001 DIREITO ADMINISTRATIVO

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)

Data: 17.2.2002

ATENÇÃO: NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA.

PARTE I - PEÇA (7 pontos).

Na condição de titular de escritório de advocacia, elabore PARECER ADMINISTRATIVO, requerido pelo interessado, para, na presente data, dar alicerce a memoriais a serem apresentados em medida judicial em curso, ajuizada pelo servidor estudante KLMN, considerando o seguinte fato:

KLMN, no ano de 2000, era estudante do penúltimo ano do curso de Direito em universidade federal ALFA e também servidor público federal, quando o órgão público a que serve o transferiu para outro Estado da Federação. Ao pleitear, com base em lei federal, transferência *ex officio* para a universidade federal BETA, no Estado onde passou a trabalhar, a instituição negou-lhe a vaga sob os argumentos de KLMN ter-se submetido a vestibular em outra universidade, e também de na universidade BETA não haver vaga. KLMN impetrou mandado de segurança, obteve liminar e **concluiu o curso de direito no 2º semestre de 2.001, sem que tenha sido julgado o mérito da ação impetrada.**

O assunto, porém, continuou perante o Poder Judiciário porque a universidade BETA entende que KLMN não poderia colar grau, em razão de **uma decisão monocrática (ainda somente a liminar) que lhe garantiu a vaga revelar-se equivocada, eis que o impetrante KLMN não possuía vínculo com a universidade BETA, e que estão presentes os requisitos da aparência do bom direito justificadores da negativa de vaga, que se estendem à não autorização da colação de grau.** Acrescenta a universidade BETA que a concessão do direito de colar grau constituiria

perigo de lesão grave e de difícil reparação, e, por fim, que tal medida implicaria *sobrepôr o interesse particular ao interesse público, com evidentes dificuldades de reverter-se a situação*.

KLMN, por sua vez, pretende ressaltar no parecer, e ver consideradas, a *situação de fato, a data da concessão da liminar, a situação consolidada e irreversível, os valores já obtidos, o fumus boni juris, o interesse público e a teoria do fato consumado*.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: ADMINISTRATIVO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

PARTE II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª Questão (1 ponto)

Um servidor público do Senado Federal, candidata-se e é eleito Deputado Federal pelo Estado de nascimento. Fundamentando com base no princípio Constitucional, responda como ficará a situação do cargo efetivo do mesmo servidor.

2ª Questão (1 ponto)

Defina, à luz do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, a forma de provimento denominada Reintegração.

3ª Questão (1 ponto)

Estabeleça a diferença entre **posse** e **exercício** no Serviço Público.

III EXAME DE ORDEM / 2001
DIREITO CIVIL/PROCESSUAL CIVIL

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)

Data: 17.2.2002

ATENÇÃO: NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA.

PARTE I - PEÇA (7 pontos).

1. Pressupostos Fáticos:

BRASIL DA SILVA adquiriu imóvel rural, denominado **Fazenda América do Sul**, em 01 de abril de 1997, mediante escritura pública de compra e venda, pela importância de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais).

A **América do Sul** pertencia a URUGUAIANO POMESSI, em cujo nome se achava registrada no cartório imobiliário competente.

Esclareça-se que URUGUAIANO POMESSI houvera o imóvel rural pelo valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), antes de ser adquirido por BRASIL DA SILVA, em decorrência de praça, realizada em 02 de maio de 1996, conforme carta de arrematação, expedida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF, para satisfação de débito contraído por ARGENTINO QUEBRALLIDO, baseado em título executivo extrajudicial, de que era credor/exeqüente COLOMBIANO MARQUENIS,.

BRASIL DA SILVA, por desleixo, somente se estimulou a levar a registro a escritura de compra e venda da **Fazenda América do Sul**, em 30 de junho de 1998, momento em que fora surpreendido com a informação notarial segundo a qual sobre o imóvel pesava decisão judicial, exarada em 05 de maio de 1998 e efetivada em 10 de maio de 1998, que lhe toldava a alienação e lhe

vedava, por conseguinte, nova transcrição, até segunda ordem, de acordo com o registro feito no Livro 1.

A decisão que proibia a transferência da **Fazenda América do Sul** decorreu de ordem judicial, extraída em medida cautelar inominada, com tutela liminar deferida pelo juízo da 2^a. Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF, após prestada caução fidejussória pelo requerente CHILENO MATRILLO.

Na ação principal, ajuizada em 15 de junho de 1998, proposta em face à COLOMBIANO MARQUENIS, URUGUAIANA POMESSI e ARGENTINO QUEBRALLIDO, em litisconsórcio passivo, CHILENO MATRILLO :

1. Sustentou que o suposto negócio jurídico (**contrato de repactuação e reconhecimento de dívida**) que argolara COLOMBIANO MARQUENIS à ARGENTINO QUEBRALLIDO fora erigido com indisfarçável simulação, porque confeccionaram o título executivo extrajudicial enganando declarações inverossímeis e confissão de dívida, jamais existente;
2. Destacou que a relação jurídica fora arquitetada com o objetivo claro de prejudicar terceiros, em manifesta violação à lei.
3. Advertiu que o ato jurídico não passava de gritante fraude contra os credores, entre os quais o requerente, sem olvidar que ARGENTINO QUEBRALLIDO devia ao fisco do Distrito Federal e sua empresa de eventos apresentava considerável passivo trabalhista, em decorrência de obrigações inadimplidas, com várias execuções judiciais nos juízos do trabalho.
4. Ressaltou que, em decorrência da simulação e da fraude

contra credores, o negócio jurídico se achava eivado de vício, razão por que anulável.

5. Deduziu que, com a anulação do **contrato de repactuação e reconhecimento de dívida**, sobreviria a premissa jurídica de que o título executivo extrajudicial em que se fundara a execução era nulo, situação que ressoaria em todos os atos subseqüentes do processo, notadamente o auto de penhora, o auto de arrematação e a carta de arrematação.

6. Enfatizou, com caudalosos argumentos, que, anulada a carta de arrematação, se impunha, por conseguinte, fossem tornados sem efeito o registro e a transferência do imóvel para o terceiro litisconsorte URUGUAIANO POMESSI .

2. Formulação da questão:

Expostos os fatos, maneje a peça processual, na condição de advogado contratado pelo comprador do imóvel Fazenda América do Sul, BRASIL DA SILVA, a qual V.S^a reputa eficiente e adequada para defender o direito de seu cliente.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: CIVIL/PROCESSUAL CIVIL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

PARTE II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª Questão (1 ponto)

1. Pressupostos Fáticos:

AMERICANO JR. ingressou com ação de danos morais em face à CAPITÁLIA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, que executava contrato de prestação de serviços especializados no Banco da Capitalização S/A, de que era empregado e no qual exercia o cargo de gerente de análise financeira, sob a alegação de que:

1. Fora denunciado na Delegacia da Mulher por FRANCIANA CORDE DA SILVA, empregada da empresa CAPITÁLIA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA., por crime de assédio sexual, ocorrido no local de trabalho.

2. No ambiente laboral e no ambiente familiar, houvera propagação da notícia de que teria assediado sexualmente, causando-lhe prejuízos à honra, com ameaça, inclusive, de separação judicial.

3. O inquérito policial não conseguiu apurar a prática do assédio sexual, tendo sido arquivado, frustrando, por conseguinte, a denúncia.

4. Inculpe, fazia jus à reparação dos prejuízos causados à sua honra, pelos quais responderia o empregador, por ato praticado por sua empregada.

2. Formulação da questão:

Com os dados acima postos, analise o problema pelo ângulo da responsabilidade civil imputada, no caso, ao empregador CAPITÁLIA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

2ª Questão (1 ponto)

1. Pressupostos Fáticos:

ALEX NORTHINGBERG E ALEXIA NORTHINGBERG, menores impúberes, são credores solidários de PAUL NORTHINGBERG, decorrente de pensão alimentícia, fixada em acordo judicial, devidamente homologado pelo juiz da vara de família.

O devedor do encargo alimentar, pai dos menores, há quatro meses se encontra inadimplente no cumprimento da pensão, fixada em R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), por mês, para cada filho.

A falta de pagamento da pensão aos filhos se justificaria no fato de que PAUL NORTHINGBERG perdera o emprego na INTERNATIONAL AIRLINE SECURITY COMPANY, empresa multinacional de cuja filial era gerente em Brasília, a qual fora desativada devido à crise no setor aéreo, que exigia o enxugamento dos custos.

MARISTELA NORTHINGBERG ALVES, mãe dos menores, envidou, sem sucesso, esforços para receber o atrasado, por cujo implemento resistia o executivo PAUL NORTHINGBERG sob a alegação de que não tinha recursos provisionados e se encontrava desempregado, prestando, eventualmente, serviços de consultoria, conforme a sua especialidade, auferindo poucas receitas que mal se prestavam à sua subsistência.

No entanto, PAUL NORTHINGBERG, após o ruptura do contrato de trabalho, ingressara com reclamação trabalhista em face à INTERNATIONAL AIRLINE SECURITY COMPANY, para o recebimento das comissões residuais dos negócios efetuados, as quais, celebrado acordo judicial, foram pagas disfarçadas sob a rubrica de reembolso com despesas de viagens.

O depósito judicial fora feito na Caixa Econômica Federal, à disposição do juízo trabalhista, aguardando iniciativa do credor PAUL NORTHINGBERG, fato que chegou ao conhecimento da mãe dos menores.

2. Formulação da questão:

Antes que o depósito judicial referente ao acordo celebrado fosse

levantado por PAUL NORTHINGBERG, MARISTELA NORTHINGBERG ALVES se apressou em acionar o advogado dela.

Fundamentadamente, qual a providência que V.S^a adotaria como advogado(a) contratado(a) por MARISTELA NORTHINGBERG ALVES, com o objetivo de salvaguardar o direito dos menores ALEX NORTHINGBERG E ALEXIA NORTHINGBERG?

3ª Questão (1 ponto)

1. Pressupostos Fáticos:

SEBASTIÃO RAIMUNDO DA SILVA E FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA, em litígio, resolveram submeter a resolução do conflito patrimonial ao juízo arbitral.

Convencionaram, em conformidade com as orientações de cada um dos respectivos advogados, que, na solução do conflito, a arbitragem se daria com base nos princípios gerais de direito e nas regras internacionais de comércio de diamantes.

Estabeleceram, outrossim, o compromisso arbitral extrajudicial.

Proferida no prazo estipulada pelas partes, a sentença arbitral decidiu que assistia razão a FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA, motivo pelo qual condenou SEBASTIÃO RAIMUNDO DA SILVA a ressarcir-lhe o valor correspondente à comissão sobre a venda dos diamantes.

Sucedeu que, dois meses após a decisão, se comprovou que a sentença arbitral fora proferida por concussão de um dos três árbitros nomeados pelas partes, a quem coube o voto de desempate.

2. Formulação da questão:

Discorra, objetivamente, calçado em fundamentos, sobre:

- a) a eficácia e os efeitos da sentença arbitral;
- b) se nula, quem pode postular a decretação de nulidade da sentença arbitral;
- c) o órgão ao qual compete processar e decidir sobre a sentença arbitral;

- d) o prazo em que deve ser proposta a ação competente para tornar sem efeito a sentença arbitral; e
- e) a natureza jurídica da sentença que decidir pela nulidade da sentença arbitral.

**III EXAME DE ORDEM / 2001
DIREITO PENAL/PROCESSUAL PENAL**

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)

Data: 17.2.2002

ATENÇÃO: NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA.

PARTE I - PEÇA PROCESSUAL (7 pontos).

A locou de B, para fins comerciais, o imóvel sito à rua 1, nº 100, Gama/DF. No dia 2 de setembro de 2001, por volta das 21 horas, B passou defronte o imóvel de sua propriedade e viu uma camionete sendo carregada com um balcão e um armário do imóvel, sendo informado de que aquelas peças estavam sendo retiradas por ordem de A. Imediatamente B acionou a polícia e, após a tramitação do inquérito policial, A foi denunciado por furto agravado. O juiz da 1ª Vara Criminal do Gama julgou procedente a ação penal e condenou A, por violação do art. 155, § 1º, do Código Penal, à pena de dois anos e quatro meses de reclusão, em regime fechado, sem direito a apelar em liberdade. O mandado de prisão foi cumprido e A está preso. O Juiz não acolheu a alegação de A no sentido de que na condição de inquilino estava apenas promovendo reforma no imóvel de que tinha a posse em razão do contrato em vigor. Entendeu aquele magistrado que, pelos antecedentes ostentados, A deveria mesmo estar furtando, de acordo com a denúncia. A já cumpriu pena por diversos delitos patrimoniais, embora na ocasião do fato narrado gozasse de liberdade definitiva. Você como advogado de A foi intimado da sentença. Adote a medida judicial cabível, apresentando em separado as razões.

Termo de Interposição: 2 pontos; Razões: 5 pontos.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PENAL/PROCESSUAL PENAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

PARTE II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª Questão (1 ponto)

Francisco entrou numa loja de departamentos com intenção de furtar tudo que pudesse ocultar sob suas vertes. Começou a recolher objetos até ser detido por seguranças da loja, que, alertados pelo circuito interno de TV que registrava todos os movimentos de Francisco desde o seu ingresso no estabelecimento, esperaram apenas que ele consumasse o crime para entregá-lo à polícia. Qual a situação jurídica de Francisco?

2ª Questão (1 ponto)

Formule um exemplo de erro de tipo em crime comissivo por omissão.

3ª Questão (1 ponto)

Túlio, com 20 anos de idade, foi condenado a 5 (cinco) anos de reclusão, por prática de crime de falsidade ideológica. A sentença condenatória transitou em julgado em 10 de novembro de 2000. Indique a data em que ocorrerá a prescrição da pretensão executória.

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)

Data: 17.2.2002

ATENÇÃO: NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA.

PARTE I - PEÇA (7 pontos).

O Ministério do Trabalho, dizendo-se amparado pelo art. 200, da Consolidação das Leis do Trabalho, editou, em portaria específica, normas regulando o trabalho em túnel para linha de metrô.

Nessa regulamentação, fixou que a jornada dos trabalhadores aí utilizados não poderia ultrapassar seis horas diárias, embora não haja lei estabelecendo essa jornada especial. Não existe, também, norma coletiva aplicável à categoria profissional fixando jornada reduzida.

A empresa executora da obra do metropolitano, porém, manteve seus empregados submetidos ao regime de 44 horas semanais.

Posteriormente, certo trabalhador propôs ação trabalhista contra a empresa, postulando a paga de horas extras, considerando como tais as excedentes de seis diárias. Não há no contrato de trabalho desse empregado nenhuma disposição que reduza o limite de jornada.

Obteve êxito perante a Vara do Trabalho.

A sentença entendeu que o Ministério do Trabalho pode estabelecer disposições complementares às normas de que trata o Capítulo V da CLT (“Da Segurança e Medicina do Trabalho”) e que, por isso, a empresa estava obrigada a observar a limitação de jornada estabelecida em portaria. E deferiu as horas extras.

Simule um recurso ordinário dessa decisão (art. 895/CLT).

<p>DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRABALHISTA (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.</p>
--

PARTE II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª Questão (1 ponto)

Dada empresa celebrou com um empregado contrato escrito, no qual estipulado prazo determinado de cinco anos.

Exatamente no vencimento do contrato, o trabalhador foi dispensado, recebendo as verbas rescisórias, à exceção de indenização de aviso prévio.

No caso concreto, tal vantagem seria devida? Justifique.

2ª Questão (1 ponto)

João trabalhou durante sete anos em dada empresa, que não tinha pessoal organizado em quadro de carreira, exercendo a função de motorista desde sua contratação, mediante R\$ 1.200,00 mensais.

Pedro foi contratado pela mesma empregadora, no mesmo local, para idêntica função, recebendo R\$ 800,00 por mês.

João foi admitido em 20/04/98; Pedro em 23/05/2001.

Pedro ajuizou ação trabalhista contra a empregadora, requerendo equiparação salarial e diferenças salariais, indicando João como paradigma.

Nesse caso, a equiparação é devida? Justifique.

3ª Questão (1 ponto)

Dado empregado trabalhou em estabelecimentos do seu empregador situados em Brasília, DF, São Paulo, SP e Belo Horizonte, MG.

Após a rescisão do contrato, assinado, originariamente, em Belo Horizonte, MG, ajuizou ação trabalhista contra seu ex-patrão, fazendo-o no foro de Brasília, DF, alegando ser o local de sua residência e domicílio.

O empregador opôs exceção de incompetência, alegando que o foro competente seria o de Belo Horizonte, MG, local onde celebrado o contrato de trabalho.

Essa exceção deveria ser acolhida? Justifique.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Prova Prático-Profissional (Subjetiva)

Data: 17.2.2002

ATENÇÃO: NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA.

PARTE I - PEÇA (7 pontos).

A COMPANHIA CAJAZEIRENSE DE DISTRIBUIÇÃO DE MANTEIGA DE GARRAFA E DE QUEIJO DE COALHO S/A, inscrita no CNPJ nº 0802.2000.1802.2002, com sede no distrito industrial de Cajazeiras - PB, lotes de 1 a 10, foi notificada do lançamento do IPI, efetuado pela Secretaria da Receita Federal, por intermédio da Delegacia Regional do Órgão na Paraíba, incluindo operações como a colocação de embalagem meramente de acondicionamento, para transporte, como sendo embalagem de apresentação, caracterizando, assim, industrialização, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Na condição de sua cliente, a empresa, buscou o nobre Advogado para contestar o lançamento na forma efetuada, evitando, com isto, uma possível ação de execução por parte do Fisco. Apresente a peça adequada ao feito, devidamente fundamentada na legislação, na doutrina e na jurisprudência correspondente.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: TRIBUTÁRIO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

PARTE II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª Questão (1 ponto)

Se acaso vier a ser criado o Território Federal de Rio Negro, constituído de parte dos Estados do Amazonas e do Pará, a quem competem o IPTU, o ITBI (ou ITIV) e o ISS, levando em conta que o dito Território não é dividido em Municípios? Fundamente.

2ª Questão (1 ponto)

A União, como todos sabem, vive às voltas com o crônico déficit de caixa, em face de tantas despesas a serem satisfeitas nos próximos anos, fez aprovar, em regime de urgência urgentíssima, em 2001, com fundamento em sua competência residual, o “Imposto sobre o Ar que Respiramos - IAR”, única matéria ainda não tributada no Brasil, para ser cobrado já em 2002. Levando em conta a Constituição Federal, haverá repartição da receita deste imposto com outros entes federados? Com quais? Em que percentual? Fundamente.

3ª Questão (1 ponto)

O Sr. TOLERANTIS DEMAIS, auditor tributário da Secretaria da Receita Federal, compareceu à empresa GAMA - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA, localizada no Setor Oeste daquela cidade, que é considerada a capital do entorno do Distrito Federal, ao que foi impedido por seu proprietário, que chamou a segurança do estabelecimento, causando embaraço ao exercício das atividades de fiscalização. O que a referida autoridade administrativa deve fazer em face do CTN? Fundamente.